



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

JOSILEIDE CARVALHO DA SILVA

**RECONFIGURAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL NO CURSO DE PEDAGOGIA:
CRÍTICA À BASE NACIONAL COMUM PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**JOÃO PESSOA/PB
2023**

JOSILEIDE CARVALHO DA SILVA

**RECONFIGURAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL NO CURSO DE PEDAGOGIA:
CRÍTICA À BASE NACIONAL COMUM PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título em Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Angelus Miranda de Alcantara

**João Pessoa – PB
2023**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586r Silva, Josileide Carvalho da.

Reconfiguração da gestão educacional no curso de
Pedagogia: crítica à base nacional comum para a
formação inicial de professores da educação básica /
Josileide Carvalho da Silva. - João Pessoa, 2023.
33 f.

Orientação: Marcos Angelus Miranda de Alcantara.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Gestão educacional. 2. Base Nacional Comum -
formação. 3. Pedagogia - curso. I. Alcantara, Marcos
Angelus Miranda de. II. Título.

UFPB/CE

CDU 37.07(043.2)

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar essa graduação não posso ser ingrata em dizer que ela é só mérito meu:

em primeiro lugar agradeço ao meu bom Deus por sempre me dar forças para seguir em frente, e por colocar pessoas que estiveram ao meu lado;

manifesto minha imensa gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Marcos Angelus Miranda de Alcântara, que desde o componente de gestão educacional, contribui com a minha formação;

a tantos outros professores que fizeram a diferença em minha vida, desde antes mesmo de sonhar com a graduação;

aos familiares que sempre estiveram comigo e me apoiaram;

aos amigos que fiz em sala e nos corredores do campus, em especial aqueles que ficaram para além da graduação;

por fim, àquela que me ensinou a importância da escola, mesmo que não a tenha frequentado tanto, a pessoa que eu sei que estaria orgulhosa se estivesse aqui, a minha mãe, que sempre foi e é meu exemplo de mãe e mulher.

RESUMO

Analizamos como a Base Nacional Comum-Formação, que entrou em vigor no mês de dezembro de 2019, impacta no curso de Pedagogia, tendo como enfoque a gestão educacional. A partir de uma abordagem dialética, percorremos o contexto histórico da última década, que determina condições para formulação da BNC-Formação e a Resolução CNE/02/2019. Realizamos uma pesquisa qualitativa, que problematizou os elementos dessa política curricular, situada conjunturalmente. Recorremos à análise documental, sendo o Parecer do CNE e a Resolução dele resultante as fontes primárias da pesquisa. Dialogamos teoricamente sobre formação e gestão educacional com Pereira e Minasi (2014), Porto (2016), Gomes (2011), Gadotti (2014) e Luck (2016). Concluimos que, dada a radicalização do neoliberalismo, por meio da ascensão de uma extrema direita, escola pública e universidades se tornam alvo de um projeto nazifascista de controle. Nesse contexto, BNC-Formação suprime a gestão educacional da formação do pedagogo, reduzindo o curso a uma formação docente esvaziada de qualquer debate crítico. Portanto, entendemos que o debate curricular do curso de pedagogia necessita ser realizado apesar da BNC-Formação, de um lado, respeitando formalmente o que determina a resolução; de outro, garantindo que a gestão educacional, como área estruturante da formação do pedagogo, mantenha e aprofunde o debate sobre a educação como direito e a escola pública como objeto de disputa social.

Palavras-chave: Gestão Educacional. BNC-Formação. Curso de Pedagogia.

ABSTRACT

We analyzed how the National Common Base-Formation, which came into effect in December 2019, impacts the Pedagogy course, with a focus on educational management. Through a dialectical approach, we traced the historical context of the last decade, which sets the conditions for the formulation of the National Common Base-Formation and Resolution CNE/02/2019. We conducted a qualitative research that problematized the elements of this curriculum policy within its specific context. Documentary analysis was employed, with the CNE's opinion and the resulting resolution as the primary sources of the research. We engaged in theoretical dialogue regarding education and educational management with Pereira and Minasi (2014), Porto (2016), Gomes (2011), Gadotti (2014), and Luck (2016). We conclude that, given the radicalization of neoliberalism through the rise of far-right ideologies, public schools and universities have become targets of a fascist control project. In this context, the National Common Base-Formation suppresses educational management in the training of pedagogues, reducing the course to a teacher training program devoid of critical debate. Therefore, we believe that the curricular discussion within the Pedagogy course needs to take place despite the National Common Base-Formation. On the one hand, it should formally adhere to what the resolution dictates, while on the other hand, it should ensure that educational management, as a fundamental area of pedagogue training, continues and deepens the discussion about education as a right and public schools as objects of social contention.

Keywords: *educational management, National Common Base-Formation, Pedagogy course.*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNC-FORMAÇÃO – Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CF – Constituição Federal

CNE – Conselho Nacional de Educação

DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais

FOGEP – Formação de Gestores em Educação Popular

EUA – Estados Unidos da América

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 IMPACTOS DA BNC-FORMAÇÃO PARA ÁREA DE GESTÃO EDUCACIONAL NO CURSO DE PEDAGOGIA: JUSTIFICANDO A ANÁLISE.....	9
1.2 O PROBLEMA DA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO NA ÁREA DE GESTÃO EDUCACIONAL.....	11
1.3 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS DO TRABALHO.....	14
 2 ENFOQUE HISTÓRICO-DIALÉTICO SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA BNC-FORMAÇÃO PARA A ÁREA DE GESTÃO EDUCACIONAL NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB/CAMPUS I.....	16
2.1 CENÁRIO SÓCIO-HISTÓRICO BRASILEIRO (2010-2020) PARA A BNC-FORMAÇÃO.....	16
2.2 APONTAMENTOS SOBRE O CURSO DE PEDAGOGIA.....	20
2.3 CARACTERIZAÇÃO DA ANÁLISE FRENTE AO OBJETO DE PESQUISA..	22
 3 BNC-FORMAÇÃO COMO UM (NÃO)LUGAR PARA A GESTÃO EDUCACIONAL NO CURSO DE PEDAGOGIA.....	24
3.1 A GESTÃO EDUCACIONAL NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO DIMENSÃO ESTRUTURANTE DO CURSO DE PEDAGOGIA.....	24
3.2 A BNC-FORMAÇÃO, O PARECER CNE/22/2019 E AS DCNS PARA O CURSO DE PEDAGOGIA COMO FONTES DE PESQUISA.....	25
3.3 GESTÃO EDUCACIONAL COMO DIMENSÃO ESTRUTURANTE DA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO: ALTERNATIVAS APESAR DA BNC.....	30
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
 REFERÊNCIAS.....	33

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, objetivamos, analisar como a BNC para a formação inicial de professores da Educação Básica reconfigura a gestão educacional nos Cursos de Pedagogia. Analisamos o contexto histórico no debate político-educacional que resultou na aprovação da BNC- Formação, como também identificar as medidas propostas no âmbito da gestão educacional. Analisamos como a gestão educacional é caracterizada na formação dos pedagogos. Finalmente, identificamos possíveis reflexos de mudanças para a área de gestão na formação dos professores a partir da proposta da BNC- formação.

1.1 IMPACTOS DA BNC-FORMAÇÃO PARA ÁREA DE GESTÃO EDUCACIONAL NO CURSO DE PEDAGOGIA: JUSTIFICANDO A ANÁLISE.

Ao longo de meu percurso formativo no Curso de Pedagogia foi possível conhecer um pouco da gestão no campo educacional, desde a gestão escolar, diante das suas particularidades, a gestão educacional que perpassa todo o sistema educacional. A gestão escolar foi algo que me intrigou desde a Educação Básica, pois como essa educação aconteceu em escola de cidade pequena, tive a possibilidade de ter um diálogo mais próximo com os diretores e conhecer um pouco mais do seu trabalho.

A proximidade pessoal também fez com que eu pensasse como é formação para atuar na gestão dessas escolas, pois vendo a dinâmica do cotidiano escolar foi possível perceber como às vezes alguns gestores se sentiam perdidos, deixando algumas demandas sem respostas, percebendo assim o valor de uma gestão, e da sua formação e como isso influencia na escola em toda sua organização. Ao cursar os componentes curriculares Gestão Educacional e Estágio Supervisionado em Gestão Educacional, estes me fizeram conhecer mais a fundo as questões que me inquietavam desde a Educação Básica, assim surge a vontade de aprofundar mais a respeito.

Este interesse me fez participar do projeto de extensão intitulado *Gestão Educacional e Educação Popular: a construção de uma proposta formativa para profissionais da educação básica*. Foi possível compreender questões sobre a

gestão educacional e entender que ela não se resume à escola, mas está ligada à forma de organizar a educação, como também aumentar o interesse pessoal sobre a importância da gestão para a formação do pedagogo e como essa formação pode influenciar na sua prática como gestor ou docente.

A gestão educacional e o princípio da gestão democrática estão presentes em vários documentos legais, desde a Constituição Federal até a Lei nº 9.394. No Art. 14 da Lei: “os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades [...]”. Sendo assim, a gestão é uma questão socialmente relevante na formação dos pedagogos, pois para desenvolver um trabalho que atenda essa demanda é necessário um conhecimento aprofundado, para que os princípios da gestão democrática saiam apenas da parte burocrática e sejam vividos no cotidiano escolar.

No Art. 4º das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, 2006, no seu parágrafo único: “as atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino [...]”. Com isso, entende-se que mesmo que o pedagogo seja visto, muitas vezes, como um profissional apenas da sala de aula, ele é qualificado para trabalhar em áreas que necessitem do conhecimento pedagógico, como na gestão de escolas, em empresas, hospitais, etc. Para que este profissional esteja qualificado a exercer essas atividades é necessário o aprofundamento, desde a formação inicial dando continuidade ao longo da carreira profissional. Para isso o curso deve estar preparado e pensando de forma a atender essa demanda, levando a esse discente ter uma prática pedagógica adequada.

Ao analisarmos a nova Base Nacional Comum (BNC) para formação de professores, vemos que ela traz mudança nessa formação do pedagogo, e com isso a necessidade de refletir sobre essas mudanças que influenciará tanto em como serão elaborados os cursos, como também respectivos reflexos para o pedagogo que será formado segundo essa nova proposta. Diante dessas questões, há uma grande importância de novos estudos que se debruçam sobre as mudanças, assim como também como a gestão educacional é entendida e proposta na BNC-formação.

Nesse sentido também é necessário entendermos como está a produção acadêmica sobre a temática da formação de pedagogos em gestão. Na UFPB, nos

anos de 2015 a 2019, vemos que os TCCs que tem como objeto de pesquisa a formação do pedagogo embora venha crescendo em quantidade, nos últimos dois anos houve um pequeno declínio quantitativo. Durante esses anos foram escritos 66 (sessenta e seis) TCCs, que envolvem a formação do pedagogo. Apenas em 2019, 1 (um) desses TCCs faz o diálogo com a gestão escolar, esse tem como título “*A formação do pedagogo para atuar na gestão escolar: o Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba*”. Nele, Nascimento (2019) concluiu que mesmo o curso abordando essas questões não supre toda demanda e que é necessário investir em formação continuada.

Com isso, é possível entender como é importante dialogar sobre como a gestão educacional está sendo reconfigurada na BNC para formação de professores. Tendo em vista que é um assunto que transpassa toda a vivência educacional, pois influenciará em várias mudanças da universidade aos profissionais que chegarão às escolas e outras instituições, além de ser um diálogo que não foi abordado em muitas pesquisas na instituição. Sendo a BNC para formação de professores um tema recente, as pesquisas sobre a temática têm uma relevância no âmbito nacional e local.

1.2 O PROBLEMA DA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO NA ÁREA DE GESTÃO EDUCACIONAL

A formação de pedagogos, ao longo da sua história expressa as mudanças que também ocorreram na sociedade brasileira. Desde a sua criação na década de 1930, o Curso de Pedagogia foi moldado muitas vezes não com objetivos que estavam ligados ao setor educacional. Como Pereira e Minasi (2014, p.8) nos apresentam: “a política de expansão da formação de professores, fundamentada nos interesses ideológicos e políticos dos setores econômicos e financeiros, tem inviabilizado a construção de um projeto de formação de professores que tenha como centralidade a omnilateralidade”.

Ao longo das transformações houve várias reconfigurações, desde a Escola de Professores, criada em 1935 a como o curso de Pedagogia este encontra atualmente, onde os cursos tiveram que se adaptar e atender as normativas que

eram implantadas com o passar do tempo. Atualmente, o Curso de Pedagogia passa por mais uma mudança a partir da Base Nacional Curricular: formação de professores. No final de 2019 algumas mudanças impactaram tanto no Curso de Pedagogia como nos pedagogos que foram formados, tendo estes que sair preparados para atender de forma satisfatória as demandas do ser pedagogo, colocadas pelo Estado e pela sociedade.

Tendo essa perspectiva como ponto de vista, a formação inicial dos pedagogos tem uma grande responsabilidade, “desse modo, compreendemos que às Universidades cabe [sic] preparar os professores para dar vida à escola, de modo que a mesma acompanhe e contribua com as mudanças sociais” (PORTO et al, 2016, p. 15). Há várias questões que influenciam nesse período, tanto a vida dos sujeitos, como também as particularidades do curso que seguem as diretrizes atuais. É importante ter em vista que pedagogos são profissionais qualificados para atuar em instituições formais, não formal e informal atendendo as demandas da Educação, que se estende além da sala de aula.

A gestão educacional é fundamental para a organização nos processos educacionais, tendo em vista que mesmo ela transpassa todo o sistema educacional, criando uma unidade entre todo esse sistema, sendo fundamental para que haja uma educação de qualidade, necessária para que os sujeitos tenham acesso à cidadania (Luck, 2016). Assim a gestão educacional faz essa ponte entre todos os níveis de ensino compreendendo as condições do sistema de ensino e gerindo de forma a organizá-lo Na formação do pedagogo, é fundamental que este seja preparado para entender e lidar com os aspectos da gestão, seja no âmbito da escola, na vivência de professor, gestor, ou outra função que o pedagogo pode realizar. A gestão tem espaço na carreira do pedagogo, pois mesmo que ele não trabalhe como um gestor, ele tem que praticar os princípios da gestão democrática, que está “[...] como princípio pedagógico e como preceito constitucional – não se restringe à escola. Ela impregna todos os sistemas e redes de ensino” (Gladotti, 2014, p. 1). Sendo este um princípio constitucional, é necessário que aqueles que estejam no cotidiano escolar compreendam além do que está escrito na lei, entendam a importância de uma prática real, sendo na formação inicial do pedagogo, a oportunidade que este adentre de forma mais acentuada a estas questões.

Na produção acadêmica da UFPB, no campo de formação do pedagogo, entre os anos de 2015 a 2019, onde 2(dois) TCCs chamaram atenção, o primeiro teve o objetivo de “refletir sobre as especificidades do curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFPB, no turno noturno e identificar se tais especificidades, atendem às necessidades dos estudantes” (Porto et al, 2016, p. 30). As autoras, mesmo que se restringindo ao curso noturno, fizeram uma análise sobre a formação dos pedagogos e refletem em todos os turnos sobre as peculiaridades do Curso de Pedagogia.

Outro TCC que chamou atenção foi o de Nascimento (2019), intitulado *A formação do pedagogo para atuar na gestão escolar: o Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba*. A autora aprofundou uma análise sobre o Curso de Pedagogia, dando ênfase à gestão escolar ao longo da história do curso. Para Nascimento (2019, p. 49) “a formação do pedagogo para atuar no campo da gestão escolar deve ser constituída em uma relação imbricada à docência e à pesquisa, esse que deveria ser o alicerce da formação inicial do pedagogo, como destaca as atuais diretrizes para o curso”. Diante dessa perspectiva e das novas demandas que surgem a cada dia.

A sociedade anseia por uma educação de qualidade, que sirva para promover a cidadania, desenvolvimento da sociedade e autonomia individual dos indivíduos. Nesse sentido, todos nós “entendemos a relevância da formação docente para as mudanças que a sociedade necessita, mas, se a formação inicial não for cuidada atentamente, corremos sérios riscos de não permitir que a educação cumpra seu papel social” (Porto, et. al. 2016, p. 14). Por isso é importante que durante a formação inicial seja proporcionado aos discentes que compreendam também sua relevância no avanço social, assim cada vez mais se aumentam as exigências sobre o pedagogo.

Dessa forma, as exigências que permeiam o trabalho do pedagogo gestor no âmbito escolar vão se enveredando conforme as mudanças na sociedade e na escola, isso nos faz questionar quanto à necessidade de uma formação que dê subsídios a esse profissional para atuar nesse campo (Nascimento, 2019, p 10).

Diante das exigências que surgem para o pedagogo gestor, o Conselho Nacional de Educação apresenta no final de 2019 a Base Nacional

Comum-formação, com perspectivas acerca da gestão e como o curso de Pedagogia deve se reformular para adentrar a esses critérios, com isso surge a inquietação: *como a BNC para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica configura a gestão educacional para os Cursos de Pedagogia?* É válido pensar sobre esse questionamento diante da atual sociedade e entender o que essa reformulação espera, tendo como objeto de estudo *a reconfiguração da gestão educacional na BNC para a formação inicial de professores da Educação Básica*, pois além de ser um objeto ainda pouco estudado por ser recente, tem uma grande importância diante dos possíveis impactos da proposta da BNC para a área de gestão educacional e para o Curso de Pedagogia.

1.3 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS DO TRABALHO

No capítulo introdutório justificamos a importância de se analisar o lugar da gestão educacional no curso de pedagogia pós BNC-formação. Para isto falamos sobre o interesse pessoal da discente, como também sobre as produções científicas sobre o objeto de pesquisa na Universidade Federal da Paraíba, além de abordar temas relacionados com a formação de pedagogos na área da gestão educacional.

No capítulo 2 trazemos as questões teóricas e metodológicas do trabalho. Inicialmente fazemos uma análise conjuntural que levou à proposição da BNC-formação ao longo da última década, como questões políticas foram determinantes nas decisões educacionais, além do domínio externo sobre a cultura, política e economia do Brasil, e como jogos de interesses políticos acarretaram uma presidência de extrema direita, e como foi entre várias ações deste governo a BNC-Formação foi aprovada sem atender aos que realmente interessava. Esse capítulo, traz também as mudanças do curso de Pedagogia ao longo da sua história e questões metodológicas do atual trabalho.

No capítulo 3 trazemos os resultados e discussões da pesquisa a partir das consequências que a BNC-formação apontam para a área de gestão educacional no Curso de Pedagogia, e como a gestão educacional tem um papel fundamental na formação do pedagogo, e fazendo uma síntese sobre as propostas que BNC-Formação apresenta e as consequências para o curso e para os pedagogos.

Nas considerações finais retomamos nosso objeto de pesquisa, os objetivos do trabalho e avaliamos em que medida foi possível compreender as consequências

da Resolução 02/2019, e como ela apenas prejudica a formação acadêmica dos pedagogos, e em última análise privilegia um projeto hegemônico de poder na medida em que busca restringir a formação de pedagogos a uma concepção instrumental de docência, simplificada em competências.

2 ENFOQUE HISTÓRICO-DIALÉTICO SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA BNC-FORMAÇÃO PARA A ÁREA DE GESTÃO EDUCACIONAL NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB/CAMPUS I

Neste capítulo, abordamos a conjuntura brasileira que antecede a criação da BNC-formação, partindo do início do século, passando golpe de 2016, até o período pandêmico, posterior ao início da vigência da BNC-formação. Dissertamos sobre algumas nuances históricas no decorrer do tempo no curso de Pedagogia. E por fim, apresentamos a metodologia aplicada neste trabalho.

2.1 CENÁRIO SÓCIO-HISTÓRICO BRASILEIRO (2010-2020) PARA A BNC-FORMAÇÃO

A posição epistemológica assumida por Marx e Engels contribui significativamente com a produção do conhecimento nas ciências humanas e na educação especificamente. A história, aqui compreendida, está na concretude das ações humanas e suas condições de existência. O ser humano é um ser vivo, biológico, com uma constituição corporal determinada mas que também se relaciona socialmente. Podemos dizer que somos um complexo de relações sociais. (Marx e Engels, 1998).

Marx e Engels (1998) referem que a produção dos meios materiais é fundamental para a existência humana. Isso gera necessidades que se configuram como o primeiro ato histórico, a reprodução dos próprios seres humanos por eles mesmos. Essa perspectiva histórico-dialética de análise nos permite analisar as relações para além do conceito, mas o próprio objeto situado no tempo e no espaço. Nessa direção, o conhecimento da realidade não se esgota em sua empiria, mas na consciência de que o real é uma síntese de múltiplas determinações. Nessa perspectiva,

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação (Marx, 2011, p. 47).

Para as determinações históricas de aparecimento da BNC-Formação e o que ela representa para a formação do pedagogo, bem como para a educação brasileira,

é necessário compreendermos a conjuntura brasileira neste início de século e elementos como o golpe jurídico-midiático-parlamentar do ano de 2016, a ascensão da extrema direita ao poder e a agenda conservadora para a educação. Nesse sentido, vivenciamos transformações socioculturais e políticas em nosso país. Sofremos influências de países com maior poder econômico, sendo os Estados Unidos (EUA) o principal país a exercer tal poder.

É fundamental pensarmos como ao longo da história ele conseguiu tamanha influência. No século XIX, os EUA começaram a dominar e tomar para si áreas de países vizinhos usando a força, uma forma de imperialismo colonial, com uma motivação ideológica a chamada a doutrina do destino manifesto, que diz que os Estados Unidos tinham o direito dado por Deus para crescer por toda a América do Norte, essa ideia de superioridade se estendeu ao longo do século XX (Filho, 2016).

Mesmo que já existindo, é nesse período que o termo imperialismo se solidifica com ênfase na dominação econômica, financeira e cultural, como também os Estados Unidos se firmam como potência capitalista hegemônica. Quando havia alguma resistência dos países submetidos, uma intervenção militar os colocava em ordem, já para os países que a distância dificultava o controle total, como era o caso do Brasil, existiam formas diferente, como a cooptação de lideranças militares, e através de anos de colaboração entre esses militares, a influência estadunidense se preservou (Filho, 2016).

No Brasil, como em outros países, grandes eventos tiveram influência dos Estados Unidos, no golpe de 1964, por exemplo, a cúpula militar tinha ligações com militares estadunidenses que o articularam. O anticomunismo foi uma justificativa muito utilizada na época do golpe de 64, e depois de tantos anos reapareceu em 2016, contra o Partido dos Trabalhadores, símbolo do então governo federal. Diante do contexto da sociedade atual, sociedades mais complexas, onde o acesso à informação tornou-se bem mais fácil e rápido, foi necessário criar formas de influenciar e manipular os países, que se adequassem, treinamentos e financiamento são as armas agora utilizadas. Assim depois de tanto tempo, ainda passamos por manipulações externas e nosso país, que influencia em várias característica da nossa sociedade (Filho, 2016).

Nesse contexto, de ascensão e articulação da chamada extrema direita, que aos poucos foi demonstrando suas inclinações fascistas, a educação brasileira

tornou-se objeto de interesse ideopolítico. Um desses exemplos é a chamada *escola sem partido*, que desde o seu surgimento em 2014, foi criando força e expandindo o seu discurso, ficando cada vez mais forte entre aqueles que não debatem as questões educacionais com base em saberes científicos e sim no senso comum. A *escola sem partido* apresenta-se como uma nova configuração, onde se entrelaçam elementos novos e antigos. Para Penna (2017, p. 35):

essa chave de leitura do fenômeno educacional tem quatro características principais: primeiro, uma concepção de escolarização; segundo, uma desqualificação do professor; terceiro, estratégias discursivas fascistas; e, por último, a defesa do poder total dos pais sobre os seus filhos.

Na concepção de escolarização, o professor deixa de ser um educador, seu papel é apenas instruir, ele passa apenas a passar conteúdos de forma pretensamente neutra. A realidade do aluno não deve ser pensada, o ato de educar para a ser privativo da família e da igreja. O professor, fica refém da prática indicada pelos defensores da *escola sem partido*, pois sua autonomia é cortada e cada passo dentro de sala de aula só leva em conta o que esse discurso apoia. Sobre a desqualificação do professor, a *escola sem partido* cria de forma bem clara, uma desconfiança dos pais para os professores, deixando de lado todo preparo que cada professor tem para estar à frente de uma sala de aula, em vez de fortalecer a colaboração da família com o professor, o discurso da *escola sem partido*, apenas colaborar com a desconfiança dos pais sobre a escola (Penna, 2017. p.38).

Quanto às estratégias retóricas fascistas, em seu discurso, o professor é desumanizado, fazendo com que cada ação do professor seja observada e julgada. Essa estratégia vincula os professores a uma conspiração política, e por isso os pais não podem confiar. Em cada discurso, o professor é posto cada vez mais como um inimigo, capaz de corromper cada estudante e é responsabilidade dos pais, não deixar que isso aconteça. Assim, entramos em outra característica da *escola sem partido*, que é a defesa do poder total dos pais sobre os filhos, onde põem a escola indo contra a família tradicional, e tentando roubar sua autoridade sobre os filhos, e que a família não pode deixar isso acontecer, pois a escola deve apenas repassar o

conhecimento que a *escola sem partido* acha adequada e não fere os direitos da família e da igreja (Penna, 2017. p.45).

Essas concepções errôneas do trabalho da escola, foram muito disseminadas nos meios de comunicação, em várias assembleias legislativas das diversas unidades da federação e incontáveis câmaras municipais de vereadores. Projetos de lei passaram por diversas localidades, Brasil afora. Nesse espírito de vigilância, vários trabalhadores da educação passaram a ser retaliados, professores perseguidos, ameaçados, o trabalho em sala de aula passou a ser exposto e um clima de terror passou a tomar conta das escolas (Penna, 2017. p.48).

No plano político institucional, o avanço da extrema direita ocorreu em duas frentes que se retroalimentam: a Operação LavaJato e a ascensão do bolsonarismo. Tal operação, teve ampla adesão dos meios de comunicação e da classe média, que culminou com a prisão da maior liderança do campo democrático popular do país, o então ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Um processo providencial para viabilizar a eleição do então deputado federal do centrão, Jair Messias Bolsonaro, que segundo as pesquisas eleitorais do ano de 2018, perdia em todos os cenários para Lula. Em suma, para evitar o retorno do Partido dos Trabalhadores por vias eleitorais em 2018 e manter o golpe de 2016, o então juiz Sérgio Moro condena Lula a mais de nove anos de prisão e poucos meses depois aceita o cargo de ministro da justiça no governo que ajudou a eleger, quando juiz.

O governo de extrema direita, eleito em 2018 e empossado em 2019 não conseguiu atender as expectativas alimentadas por apoiadores do mercado financeiro. Porém a pauta de costumes teve espaço no governo. No ano de 2020 a sociedade brasileira experimenta a pandemia de Coronavírus. Naquele período grande era o debate sobre a gravidade da doença e como a pandemia afetaria a sociedade global, alguns governos de forma irresponsável acabaram minimizando as consequências da doença e como ela era devastadora, trazendo a morte de milhões de pessoas. No Brasil, Jair Bolsonaro, de forma totalmente contrária à recomendação das organizações da saúde, foi a público incentivando a falta de cuidados com a contaminação e não dando o devido respeito aos mortos e suas famílias (Löwy, 2020. p. 149).

O negacionismo, que encontramos nesse período, encontra-se diretamente ligado ao neofascismo, que diferente do fascismo, aceitando alguns pontos da

democracia, porém controlando e limitando a liberdade de forma autoritária e repressiva. Para o sociólogo Löwy (2020, p. 149): “um aspecto específico do neo-fascismo bolsonarista é o obscurantismo, o desprezo pela ciência, em aliança com seus apoiadores incondicionais, os setores mais retrógrados do neopentecostalismo ‘evangélico’”. Fica claro em seus discursos e atitudes, os autoritarismos que encontramos em governos fascistas, durante toda a epidemia do coronavírus, lamentavelmente suas ideias não científicas ganharam força entre seus apoiadores, atualmente mesmo depois de sua derrota nas urnas na eleição de 2022, ainda existem muitos apoiadores alienados com as ideias do ex presidente faz necessário uma constante batalha para impedir que essas convicções se expandam (Löwy, 2020. p. 150)

Em suma, foi nesse contexto, determinado pela ascensão da extrema direita, pós-golpe de 2016 e uma agenda reativa à perspectiva da educação como direito social, que a BNC-Formação foi aprovada e toma forma de Lei no final do ano de 2019. Ou seja, foi gestada no Conselho Nacional de Educação, composto por representantes do mercado educacional ao longo da década de 2010, dentro do contexto de golpismo que visou barrar todos os avanços sociais vivenciados neste país durante os governos anteriores, sendo a educação um dos objetos mais cobiçados pelo mercado. Em suma, é na conjuntura do golpe de 2016, da PEC do teto de gastos públicos, da reforma trabalhista, da reforma da previdência, do programa escola sem partido, do programa de ensino domiciliar, que a ascensão da extrema direita ao poder representada pela dobradinha Temer-Bolsonaro, que a tal BNC-Formação foi gestada e entrou em vigor, na ocasião da pandemia de Covid-19.

2.2 APONTAMENTOS SOBRE O CURSO DE PEDAGOGIA

O curso de Pedagogia, ao longo da sua história passou por várias mudanças, desde a sua criação nos anos 1930. Segundo Brzezinski (2010, p.18) era uma época propícia para manifestações de fatos educacionais”. Quando o Curso de Pedagogia foi criado havia um contexto cultural e econômico de saída do Brasil de um modelo agrário-exportador para uma industrialização e com isso expansão dos

centros urbanos. Mesmo tendo passado por várias reformulações ao longo do tempo, o Curso reflete as características da sociedade atual.

O curso ainda carrega dilemas que se perpetuam e surgem novos a cada dia e a desvalorização adentra ao curso. Nesse sentido, concordamos com Libâneo (2005, p. 25) que “[...] é visível que a profissão de pedagogo [...] tem sido abalada por todos os lados: baixos salários, deficiências de formação, desvalorização profissional implicando baixo status social e profissional, falta de condições de trabalho, falta de profissionalismo etc”. Para superar esses desafios o Curso de Pedagogia tem que estar preparado para fazer da formação do pedagogo seu próprio objeto formativo. Ele deve compreender e aprender meios de tentar superar essas questões.

Cabe ressaltar que “a pedagogia, como a conhecemos hoje, possui suas características básicas estabelecidas com o advento do mundo moderno. Fundamentalmente, ela se define a partir dessa noção essencialmente moderna que é a infância” (Ghiraldelli, 2006, p. 10). Mesmo que o curso tenha uma proposta voltada grande parte para a Educação Infantil, é preciso ter em vista que não se resume a isso, pois o curso prepara o pedagogo para atuar na Educação de Jovens e Adultos no primeiro ciclo, na gestão escolar, como também, lidar com as questões pedagógicas em vários âmbitos. O Curso de Pedagogia por essas por forma uma profissional com tantas atribuições, tem uma grande responsabilidade e precisa adequar-se a cada dia para formar pedagogos qualificados.

Sendo o pedagogo o profissional capacitado desde sua formação inicial, segundo as DCNs/2006, que diz que este pode exercer atividades que demandem conhecimentos pedagógicos, com isso a gestão é um espaço onde são necessários esses conhecimentos. É importante pensarmos que o Curso de Pedagogia não é responsável em formar apenas gestores, mas em um curso direcionado a professores para Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e Educação de Jovens e Adultos primeiro ciclo.

Essa particularidade do Curso de Pedagogia tem ligação direta na forma de organização do Curso, como nos apresenta Minasi e Pereira (p. 12, 2014): “esta amplitude de atribuições se constitui em um problema para o curso, uma vez que, a formatação do currículo é complexa [...]”. É fundamental que seja superada essa visão de problema. Essa amplitude é que garante ao pedagogo poder lidar com a

gama de situações encontradas nas mais diversas situações. Isso não pode ser algo que desvalorize o Curso, pelo contrário, é motivo para valorização do profissional.

Por vezes se esquece do tipo de profissional que a sociedade necessita, sendo o pedagogo um dos grandes responsáveis pela formação acadêmica e cidadã do povo. É um desafio estar preparado para atuar como pedagogo na demanda atual. Não é apenas a graduação que vai suprir as necessidades de preparação desse profissional. Sendo assim, os “[...] conhecimentos específicos da docência não são suficientes para o desempenho competente da profissão, mas a competência do professor consiste em fazer relações, interpretações, inferências, entre práticas e conhecimentos teóricos [...]” (Gomes 2011, p. 111). Até porque, mesmo aqueles que já deixaram de ser discentes e estão como profissionais da educação em qualquer nível, modalidade ou cargo, têm a necessidade de se atualizar frequentemente. A educação demanda isso, pois está em constantes mudanças junto com a sociedade.

2.3 CARACTERIZAÇÃO DA ANÁLISE FRENTE AO OBJETO DE PESQUISA

A metodologia é um dos principais elementos constitutivos de uma pesquisa, pois ela deve ser pensada de forma crítica, sendo ela o caminho para alcançar as propostas. Ela deve ser pensada para chegar aos objetivos da pesquisa. É fundamental que o pesquisador tenha clareza do que ele pretende alcançar, como também entender a importância desse trajeto para o resultado final. Nela fica discriminado tudo que será realizado sendo assim um dos passos fundamentais para desenvolver um projeto.

O projeto aqui desenvolvido tem uma abordagem de natureza qualitativa, onde “os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural” (Godoy, 1995, p. 62). Esse tipo de pesquisa não está preocupada com a quantidade em questão, mas a compreensão dos fatores importantes.

Para alcançar a proposta dessa pesquisa será adotado o método de análise documental, referentes à gestão educacional na formação do pedagogo para poder compreender as mudanças que serão adotadas com a nova BNC-formação. Sendo os documentos-fontes o Parecer sobre a BNC-formação e a Resolução

CNE/02/2019. Tendo em vista que é a interpretação aprofundada de tais documentos que responderam os questionamentos desta pesquisa, sabendo que “[...] pesquisa documental [ou bibliográfica] é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (Sá-Silva *et al*, Apud Alcântara, 2019, p.208), e a reflexão sobre esses documentos terá relação profunda como o objeto de pesquisa.

3 BNC-FORMAÇÃO COMO UM (NÃO)LUGAR PARA A GESTÃO EDUCACIONAL NO CURSO DE PEDAGOGIA

Este capítulo aborda a BNF-formação com seus impactos na formação do pedagogo e de modo específico sua descaracterização por meio da tentativa de dissolução da área de gestão educacional nas chamadas licenciaturas multidisciplinares. Trazemos também as características que a Resolução CNE/02/2019 e seu parecer implementam nas diretrizes do curso de Pedagogia e como estas impossibilitam uma formação completa do pedagogo.

3.1 A GESTÃO EDUCACIONAL NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO DIMENSÃO ESTRUTURANTE DO CURSO DE PEDAGOGIA

Temos que ter em vista que a gestão educacional não se limita ao espaço escolar, mas na organização, planejamento, implementação de ações, das outras instâncias educacionais. São todas as ações de gestão em função da educação. Para Luck (2015, p.26) “vale dizer que do ponto de vista paradigmático, a concepção de gestão permeia todos segmentos do sistema como um todo [...]”. Sendo assim, a gestão educacional é uma concepção que interliga desde a escola aos órgãos superiores dos sistemas de ensino. Mas para que a gestão educacional seja conduzida de forma a atender todas as demandas, é necessário que haja profissionais capacitados.

A gestão na formação do pedagogo tem que ser trabalhada de forma a levar a esse profissional a não apenas entender, pois segundo Barbosa e Abdian (2013, p. 266) nos mostram: “[...] a administração da educação é de natureza muito complexa, compreende diferentes dimensões que são interdependentes e que precisam ser consideradas pelo gestor, quando se tem por propósito o exercício da democracia”. O pedagogo não é apenas um transmissor de assuntos escolares, mas sua atuação é propagadora e tem um grande poder na vida dos discentes, como também a forma como gestor se posiciona e trabalha em conjunto com os demais membros da comunidade escolar.

Contudo, entender essa dinâmica entre a formação do pedagogo e como a gestão educacional está posta é a questão que norteia a nossa reflexão. É importante pensarmos como a nova BNC para formação de professores está articulada, pois é mais um marco ao longo da história do curso de pedagogia. Cabe

entendermos quais são as propostas que ela traz, porque pode trazer retrocessos a formação do pedagogo em geral, e à própria ideia de gestão educacional como dimensão formativa do pedagogo, e com essas mudanças, os nossos cursos terão que se adequar como também os futuros graduandos, que terão que entender as mudanças mesmo antes do ingresso.

3.2 A BNC-FORMAÇÃO, O PARECER CNE/22/2019 E AS DCNS PARA O CURSO DE PEDAGOGIA COMO FONTES DE PESQUISA

A BNC-formação, surge com o objetivo de atualizar as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial no nível superior (CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015), sendo homologada em 20 de dezembro de 2019 pelo Conselho Nacional de Educação(CNE). A BNC-formação foi idealizada levando em conta a BNCC, que trouxe novas diretrizes para a educação básica no nosso país, onde trazia em seu escopo a necessidade de que os cursos de formação de professores se adequassem em até dois anos após sua homologação.

Assim, em 2018, durante o governo Michel Temer, foi elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), um projeto com a proposta para a Base e encaminhado para o CNE, para análise e emissão do parecer e da nova resolução regulamentando a BCF-Formação. E diante dos pontos observados entre o CNE e o MEC, foi criada a Comissão Bicameral que formulou a BNC-Formação em consonância com as propostas educacionais do então governo. Sendo necessário a implementação em todas as modalidades de cursos e programas de formação docente.

O documento traz pontos a serem observados, tais como as chamadas políticas de valorização e desenvolvimento para os docentes, que aos longos dos anos, como a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), Resolução CNE/CEB nº 3, de 26 de junho de 1998, Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, entre outros alcançaram melhorias na profissão e na educação brasileira. Outra questão observada pelo parecer é a qualidade da educação, pois mesmo diante da dedicação das instâncias educacionais, ainda há uma grande defasagem quando se fala em alfabetização na idade certa, mesmo com melhorias nos resultados em alguns patamares, ainda se necessita de avanços. Segundo Parecer, esses avanços não serão alcançados sem

a contribuição dos professores, porém também não serão alcançados sem incrementos de políticas públicas.

Com os resultados dos indicadores de qualidade da educação brasileira, que mostram como ainda tem muito a trabalhar para alcançar um patamar aceitável, a BNC-Formação ressalta dois aspectos, a regulação da formação e do exercício profissional do magistério, que é uma obrigação de se incumbir de zelar pela aprendizagem dos estudantes. O outro aspecto é a qualificação profissional para realizar esse processo de aprendizagem. O Parecer aponta que a formação docente deverá ganhar maior atenção das políticas públicas, pois ainda existem vários desafios a serem superados, quando o assunto é formação de professores, como cita o parecer:

(a) professores em situação de improviso, ou seja, formados em várias outras áreas do conhecimento, por falta de licenciados na disciplina, ou licenciandos em curso; (b) ausência de uma política nacional específica e articulada, dirigida para a melhor qualificação da formação inicial de professores, em qualquer modalidade; (c) pouca disseminação e adoção das orientações e resultados de discussões e pesquisas sobre formação de professores na institucionalização dos cursos formadores nas diferentes áreas disciplinares abrangidas; (d) diretrizes curriculares nacionais dos cursos de licenciatura com forte tradição no aspecto disciplinar, com vaga referência à formação de professores, e muitas vezes tratando praticamente apenas dos bacharelados; (e) estruturas curriculares fragmentadas, sem disciplinas articuladoras, com ementas genéricas quanto aos saberes pedagógicos, e com visível abreviação da formação; (f) estágios curriculares sem projetos e apoios institucionais, com acompanhamento e avaliação precários; (g) conversão em ritmo acelerado da oferta de cursos presenciais em cursos a distância, e o excesso de instituições que oferecem esses cursos nessa modalidade; (h) pouco preparo de docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) para atuar na formação de professores; (i) características socioeducacionais e culturais dos estudantes dos cursos de licenciatura, que merecem ser consideradas para melhor formação e permanência dos discentes no curso.

Outro ponto observado pela BNC-Formação é a BNCC, pois a formação docente passa a ser pensada em função das dez competências gerais da BNCC, além de ser uma orientação presente na Resolução CNE/CP n o 2/2017, onde fala que:

na perspectiva de valorização e da sua formação inicial e continuada, as normas, os currículos dos cursos e programas a eles destinados devem adequar-se à BNCC, nos termos do § 8 o do art. 61 da LDB,

devendo ser implementados no prazo de dois anos, contados da publicação da BNCC, de acordo com o art. 11 da Lei nº 13.415/2017.

Diante destas observações a BNC-Formação alega que superará as diferenças entre teoria e prática, tendo em vista potencializar o desenvolvimento humano pleno sem deixar de atender às demandas do século XXI, que não se restringem apenas ao acesso a conhecimentos, mas saber selecioná-los, relacioná-los e criá-los, além das competências socioemocionais e digitais que são de grande importância atualmente. Ao encontro dessas demandas os professores precisam desenvolver competências específicas, é necessário que esse profissional esteja preparado para lidar com cada especificidade que vai encontrar em sala de aula.

Após a BNC-Formação discorrer sobre os pontos que levaram a sua formulação, ela traz questões sobre a formação inicial do magistério da Educação Básica em nível superior, que deve ser pensada levando em conta os princípios da política da formação docente. Segundo o documento, as competências profissionais docentes são o alicerce para o desenvolvimento do professor e este deve desenvolver competências próprias. São estas juntas com as competências específicas e as habilidades a elas correspondentes que compõem a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). As competências específicas se integram e são independentes e são compostas por três dimensões que são: conhecimento, prática e engajamento profissionais.

Para a BNC-Formação os fundamentos pedagógicos devem garantir:

(a) desenvolvimento de competência de leitura e produção de textos em Língua Portuguesa e domínio da norma culta; (b) compromisso com as metodologias inovadoras e com outras dinâmicas formativas que propiciem ao futuro professor aprendizagens significativas e contextualizadas em uma abordagem didático-metodológica alinhada com a BNCC, visando ao desenvolvimento da autonomia, da capacidade de resolução de problemas, dos processos investigativos e criativos, do exercício do trabalho coletivo e interdisciplinar, da análise dos desafios da vida cotidiana e em sociedade, e das possibilidades de suas soluções práticas; (c) conexão entre o ensino e a pesquisa com centralidade no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento; (d) emprego pedagógico das inovações e linguagens digitais como recurso para o desenvolvimento, pelos professores em formação, de competências

sintonizadas com aquelas previstas na BNCC e com o mundo contemporâneo; (e) avaliação como parte integrante do processo da formação, que possibilite o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso que se fizerem necessárias; (f) apropriação de conhecimentos relativos à gestão educacional, no que se refere ao trabalho cotidiano necessário à prática docente, às relações com os pares e à vida profissional no contexto escolar; (g) reconhecimento da escola de Educação Básica como lugar privilegiado da formação inicial do professor, da sua prática e da sua pesquisa; (h) compromisso com a educação integral dos professores em formação, visando à constituição de conhecimentos, de competências, de habilidades, de valores e de formas de conduta que respeitem e valorizem a diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas; (i) decisões pedagógicas com base em evidências.

Quando o assunto é carga horária e organização curricular todos os cursos de licenciatura para formação inicial de professores da Educação Básica de nível superior devem ser organizados em três grupos, que terão como carga horária total, no mínimo 3.200 Educação Básica, devendo considerar o desenvolvimento das competências profissionais previstas na BNC-Formação.

Para o grupo I, será a parte comum com 800 horas e devem ser realizadas a partir da integração das três dimensões: conhecimento, prática e engajamento profissionais, como organizadoras do currículo e dos conteúdos, segundo as competências e habilidades da BNCC da Educação Básica para as etapas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Já o grupo II, será destinado 1600 horas, para os estudos de aprofundamento nas áreas e nos componentes curriculares da BNCC-Formação. Para o grupo III, são 800 horas destinadas à prática pedagógica, que devem ser distribuídas entre:

(a) 400 (quatrocentas) horas de estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) elaborado pela instituição formadora; (b) 400 (quatrocentas) horas de práticas nos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC elaborado pela instituição formadora.

Para estudantes já licenciados, se a segunda licenciatura corresponder à área diversa da formação original deve ser organizada de modo que a carga horária fique para o Grupo I: 560 (quinhentas e sessenta) horas para o conhecimento

pedagógico dos conteúdos específicos da área do conhecimento ou componente curricular; Grupo II: 360 (trezentas e sessenta) horas; Grupo III: 200 (duzentas) horas para a prática pedagógica na área ou no componente curricular, que devem ser adicionais àquelas dos Grupos I e II. Porém se o graduado não seja licenciado ele deve fazer uma habilitação para o magistério que se dará em um curso de Formação Pedagógica, com carga horária básica de 760 horas.

Quando o assunto é a gestão educacional a formação para atuar em Administração, Planejamento, Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional para a Educação Básica, nos termos do art. 64 da LDB, ou com centralidade em direção de ambientes de aprendizagens e de coordenação e assessoramento pedagógico, somente poderão ocorrer em cursos de Pedagogia, que ofereçam aprofundamento na área, sendo a carga horária mínima de 3600, ou em cursos de especialização *lato sensu* ou cursos de mestrado ou doutorado, nas mesmas áreas mencionadas, nos termos do inciso II do art. 61 da LDB.

O parecer traz também um direcionamento para as avaliações internas e externas que determinam que:

(a) as avaliações da aprendizagem e das competências devem ser contínuas e previstas como parte indissociável das atividades acadêmicas; (b) o processo avaliativo deve ser diversificado e adequado às etapas e às atividades do curso, distinguindo o desempenho em atividades teóricas, práticas, laboratoriais, de pesquisa e de extensão. (c) o processo avaliativo pode-se dar sob a forma de monografias, exercícios ou provas dissertativas, apresentação de seminários e trabalhos orais, relatórios, projetos e atividades práticas, entre outros, que demonstrem o aprendizado e estimulem a produção intelectual dos licenciandos, de forma individual ou em equipe (Brasil, 2019. p . 28).

A termo gestão e gestão educacional aparece ao longo na BNC-Formação de forma sucinta, sendo os textos direcionados em como a gestão deve ser abordada nos cursos e como a gestão educacional está presente no cotidiano dos professores, porém para que o professor possa exercer a função de gestor ele deve passar por um aprofundamento que deixaria esse discente voltado Administração, Planejamento, Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional para a Educação Básica. Mesmo sendo a gestão democrática um princípio político-pedagógico, previsto em lei, esse termo não aparece de forma aberta durante o texto.

3.3 GESTÃO EDUCACIONAL COMO DIMENSÃO ESTRUTURANTE DA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO: ALTERNATIVAS APESAR DA BNC

A existência da profissão do pedagogo enfrenta desafios diversos, desde a desvalorização da atividade, por grande parte da sociedade, até a complexidade própria do fenômeno educativo. A Resolução CNE/02/2019 impõe um desafio normativo ao debate acerca da formação, uma vez que essa diretriz propõe uma formação não em pedagogia, mas em licenciaturas multidisciplinares para a educação infantil ou para as séries iniciais do ensino fundamental. Para agravar a situação, reduz o entendimento das licenciaturas à formação para as competências da Base Nacional Comum Curricular, que distanciam até mesmo a formação docente dos saberes relativos à política, ao currículo, ao financiamento e à própria gestão da educação.

Mesmo com as limitações da Resolução CNE/01/2006 e suas contradições para a formação do pedagogo, havia uma concepção de docência mais ampliada, crítica articulada às questões sociais. Havia um entendimento sobre a docência, em que a síntese entre intencionalidade e metodologia mediava a construção de conhecimentos na escola. Em seu art. 1º a DNC 01/2006 diz: “compreende-se a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia [...]”.

Com todas as críticas que podemos fazer legitimamente à proposta formativa anterior, a formação em pedagogia tomava para si responsabilidade por tornar o professor capaz de exercer o legado da docência de forma mais abrangente, não sendo ele preso à sala de aula, podendo levar o ato de educar em vários ambientes escolares e não escolares, como também para a gestão escolar. A docência é o alicerce fundamental do curso de Pedagogia, e não há como desvinculá-la, mas é essencial que esta seja pautada numa formação crítica.

Os cursos de formação que estão de acordo com as normativas que anteriores à BNC-formação, a Resolução CNE/CP/01/2006, apresentam problemas, limites e contradições quanto à própria ideia da pedagogia como profissão. Todavia, a docência, gestão e produção de conhecimento permanecem como dimensões estruturantes da formação em pedagogia. A BNC-formação, em meio à onda

conservadora e os retrocessos sociais, conforme discutidos no capítulo anterior, conseguiu colocar uma proposta formativa aquém da que já tínhamos, com contradições maiores e uma perspectiva de avanço mais distante. Ela traz uma formação vazia, transformando o pedagogo apenas em um transmissor dos conhecimentos valorizados por uma determinada parte da sociedade.

Para que pedagogos, como trabalhadores da educação que atuam na docência, na pesquisa e na gestão, possam lidar com a complexidade do fenômeno educativo, própria de seu ambiente de trabalho, é necessário que sua formação tenha uma base sólida que contemple eixos como a relação educação/sociedade/conhecimento, currículo/política/gestão e a prática docente nas diversas modalidades da educação básica, tendo a pedagogia como base de sustentação dessa formação. Ser pedagogo é mais que atuar para o desenvolvimento das habilidades da BNCC na educação infantil ou nas séries iniciais do ensino fundamental, como manda a BNC-formação, por meio da Resolução CNE/02/2019, é ir além e formar cidadãos comprometidos com a sociedade e que entendam o que isso implica

Conforme Evangelista e Triches (2008), a atividade profissional e a formação do pedagogo necessita ser estruturada em três pilares, a saber: a docência, a pesquisa e a gestão da educação. Essa necessidade advém da própria complexidade do fenômeno educativo, das necessidades sociais do sistema de educação e também da escola. E quando um desses pontos não está devidamente presente as lacunas deixaram deficiências para o pedagogo, que só serão percebidas quando estiver exercendo a profissão.

A administração/gestão de uma unidade escolar não pode ser confundida com a de uma empresa, logo não basta colocar um administrador qualquer, por mais qualificado que seja. Gerir uma instituição de ensino requer saberes próprios da pedagogia, assim como exercer a docência na educação infantil ou nas séries iniciais também exige diálogo com saberes da gestão educacional. A BNC-formação nega essa articulação entre saberes pedagógicos e ao reservar um (não)lugar para a gestão educacional no Curso de Pedagogia, desestrutura a formação, a profissão, qualquer possibilidade de organização do trabalho pedagógico na escola e em última análise, a própria ideia de educação como direito social das classes trabalhadoras passa a ser objeto de desconstrução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as reflexões abordadas nessa pesquisa, o curso de Pedagogia mesmo que necessite de mudanças, as que a BNC-Formação traz, acabam aumentando a desvalorização do pedagogo, que não será fomentado a busca pelo conhecimento crítico e desenvolvimento de conhecimentos sobre a gestão educacional. É fundamental para a formação do pedagogo que haja uma base que possa garantir que ele não esteja apenas treinado para desenvolver competências em sala de aula, mas que possa atuar nas áreas que necessitem dos conhecimentos pedagógicos. Por isso é importante que existam outros eixos norteadores além da docência, como a gestão e a produção de conhecimento.

A BNC- Formação restringe sua atuação do pedagogo, como também serve como forma de controle, garantindo pedagogos sem senso crítico e sem autoridade no cotidiano escolar e em sua carreira. Infelizmente, enquanto as demandas de classes políticas que ainda levam os ganhos econômicos dos mais afortunados em questão, em vez de uma educação de qualidade para todos, ainda não vai ser possível alcançar.

Por fim, cabe ressaltar que a formação do pedagogo e a manutenção de um sistema público de educação, democrático, universal e de qualidade, estão inseridos em uma estrutura delineada pela dimensão da luta de classes. A escola pública, a universidade e o estado são espaços de contradição e de disputa social entre interesses antagônicos. A organização da classe trabalhadora em função de seus interesses de classe, passa pela construção de um projeto educativo que mobilize e que tenha a cidadania como meio. Nessa perspectiva, a gestão democrática da educação e da escola pública é um anseio, mas também é um campo de possibilidades de construção e fortalecimento do campo democrático popular. Sendo urgente, que essas questões saiam do plano formal e sejam materializadas na realidade concreta, sendo a escola um organismo vivo, onde todos participem de forma ativa e consciente de processos emancipatórios.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Marcos Angelus Miranda de. **Elementos para uma teoria enunciativa da Educação Popular**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – 2017 – Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9903/2/A_rquivototal.pdf acesso em 17-05-2020.

BARBOSA, Andrea Haddad; ABDIAN, Graziela Zambão. Gestão escolar e formação do pedagogo: relações e implicações a partir da análise de projetos político-pedagógicos de universidades públicas. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 29, n. 4, p. 245-276, Dec. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982013000400011>. Acesso em: 07-01-2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 20-01-2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1/2006, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>. Acesso em: 20-01-2020.

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento**. 9.ed. Campinas, SP: Papirus, 2010. 247p. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

EVANGELISTA, Olinda; TRICHES, Jocemara. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia: Docência, gestão e pesquisa**. Anais da ANPEd Sul, 2008.

GADOTTI, Moacir. Gestão democrática com participação popular. In: **Conferência Nacional de Educação de 2014**. Disponível em: http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigogadotti_final.pdf Acesso em: 03-05-2020.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **O que é pedagogia**. São Paulo: Brasiliense, 2006. - (Coleção primeiros passos ; 193) 5ª reimpr. da 3. ed. de 1996.

GODOY, Arilda Schimidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**. v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., São Paulo, 1995. ISSN 2178-938X. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>. Acesso em: 21-04- 2020.

GOMES, M. R. C. Formação de Professores em Contexto Atual. **Revista de Educação** (Itatiba), v. 14, p. 103-125, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 8.ed. São Paulo: Cortez, 2005. 200p.

LÖWY, Michael. O neofascista Bolsonaro diante da pandemia. In: **Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois.** 2020.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática.** 12.ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. Série: Cadernos de Gestão.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, K. **Grundrisse.** Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. eBook Kindle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEDEIROS FILHO, Barnabé. **O golpe no Brasil e a reorganização imperialista em tempo de globalização.** O golpe de 2016, p. 5-25, 2016.

NASCIMENTO, Luciana Gomes Teixeira. **A formação do pedagogo para atuar na gestão escolar: o Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba.** Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa- 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1625> 1 acesso em 08-05-2020

PENNA, Fernando de Araujo. **O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. Escola" sem partido": esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.,** 2017.

PEREIRA, A. M. MINASI, L. F. Um panorama histórico da política de formação de professores no Brasil. In: **Revista de Ciências Humanas.** v. 15, n. 24, p. 7-19, Jul. 2014. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/1238>. Acesso em: 16-04-2020.

PORTO, Ana Maria. TABOSA, Denice Gomes. ARAÚJO, Renata Wigna da Silva. **A formação do/a licenciado/a em Pedagogia na UFPB: reflexões sobre a oferta do curso noturno.** Trabalho de conclusão de Curso – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa –2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/4347> em 09-05-20.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.** Leya, 2017.